



## A INCOMPLETUDE EXPLICATIVA DO MATERIALISMO

### Marcus Vinicius de Matos Escobar

Graduando em Psicologia pela Faculdade de Saúde  
Ibituruna – FASI/Funorte, Montes Claros – MG, Brasil.

Membro do grupo de pesquisa CEFIL – Centro de Estudos Filosóficos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, campus de Diamantina.  
marcusvinicius.orion@hotmail.com

**Resumo:** A lacuna conceitual entre o físico e o mental tem sido fonte de importantes dificuldades impostas ao materialismo, destacando-se as objeções fundadas em intuições cartesianas. Todavia, o maior obstáculo ao materialismo não são tanto as intuições antimaterialistas decorrentes de sua lacuna conceitual, mas sim a própria lacuna. Não obstante, o materialismo pode coexistir com tal incompletude na medida em que explora sua adesão ao naturalismo científico.

**Palavras-chave:** Materialismo. Lacuna conceitual. Reduccionismo. Funcionalismo. Naturalismo.

### **THE EXPLANATORY INCOMPLETENESS OF MATERIALISM**

**Abstract:** *The conceptual gap between the physical and the mental has been a source of major difficulties to materialism, particularly the objections based on Cartesian intuitions. However, the major obstacles to materialism are not really the anti-materialist intuitions derived from its conceptual gap, but gap itself. Nevertheless, materialism can coexist with this incompleteness, by exploiting its adherence to scientific naturalism.*

**Keywords:** *Materialism. Conceptual gap. Reductionism. Functionalism. Naturalism.*

\* \* \*

### Introdução

No que se refere às teorias da mente, o materialismo<sup>1</sup>, também chamado “fiscalismo”, sustenta a tese de que estados mentais são ou idênticos a entidades ou propriedades físicas, ou fundamentalmente realizados por entidades ou propriedades físicas (KIM, 1999). Essa tese enfrenta uma dificuldade básica, pois, por haver um abismo conceitual entre o que se diz sobre o mental e o que se diz sobre o físico, torna-se possível conceber essas instâncias como ontologicamente díspares. Este desencontro conceitual acaba por originar severas objeções

<sup>1</sup> A despeito de algumas sutilezas que distinguem os significados de “materialismo” e “fiscalismo”, nesse texto essas expressões serão usadas como sinônimas.

antimaterialistas inspiradas em intuições cartesianas que evidenciam a insuficiência do vocabulário materialista para fornecer um tratamento satisfatório ao aspecto qualitativo dos estados mentais. Diante disso, entrarão em pauta algumas propostas materialistas em torno desse problema, com destaque para o reducionismo e o funcionalismo. Serão também examinadas objeções a essas propostas, bem como as limitações dessas objeções. Finalmente, o texto buscará algumas alternativas no intuito de mostrar que o materialismo ainda persiste como posição defensável, a despeito de suas limitações conceituais.

## 1 O materialismo reducionista e o problema da lacuna conceitual

No âmbito das teorias da mente, o reducionismo, também conhecido como “teoria da identidade” (ARMSTRONG, 1993; LEWIS, 1980; PLACE, 2002; SMART, 2002), figura como uma proposta sofisticada, mas cuja tese fundamental é, entre todas, a mais simples: estados mentais são numericamente idênticos a estados cerebrais. Essa tese enfrenta um problema imediato que consiste na notável desconexão lógica entre predicados físico/cerebrais e predicados fenomenológicos. Não obstante, o teórico da identidade está disposto a concordar com esse obstáculo sem prejuízo à sua tese.

Em vista disso, a identidade psicofísica não pode se tratar, obviamente, de uma identidade lógica, que se pode descobrir *a priori* como no caso de  $X=X$  ou como na sentença analítica “solteiros são não casados”. Para elucidar do que se trata essa relação de identidade psicofísica é importante considerar, como quer Place (2002), a diferença lógica entre os usos do “é” da definição e do “é” da composição. Expressões ligadas pelo “é” com função de definição são autoevidentes, como em “um triângulo é um polígono de três lados”. Nesse caso, há uma relação entre significados na qual um predicado pode ser derivado analiticamente do sujeito, sendo esse predicado capaz de descrever seu referente tão adequadamente quanto o sujeito da expressão, no que se tem uma verdade por definição. Por sua vez, o uso do “é” com função de composição normalmente faz referência a alguma propriedade de um objeto, mas quando esse modo de caracterização é satisfatoriamente completo, é possível, como no caso do “é” da definição, acrescentar a expressão “e nada mais” como em “essa mesa é um caixote e nada mais” (para usar o exemplo de Place). Em todo caso, essas duas funções do “é” diferem numa peculiaridade lógica bastante significativa. Enquanto expressões ligadas pelo “é” da definição são analíticas, o que as torna verdades *a priori*, expressões ligadas pelo “é” da composição são *a posteriori*, caso em que a conexão entre os termos não é lógica nem conceitual, mas empírica.

Dessa forma, o reducionista pode reivindicar que a identificação entre estados mentais e cerebrais seja especificada por esse segundo uso do “é”, tratando-se de uma identidade teórica passível de ser confirmada *a posteriori*, como em “água é H<sub>2</sub>O” e “calor é movimento médio das moléculas”. Note-se que tais identidades não são autoevidentes ou verdadeiras por definição, mas são identidades assim mesmo.

A consciência é um processo no cérebro’, segundo meu ponto de vista, não é nem autocontraditória nem autoevidente; é uma hipótese científica razoável, do mesmo modo que o enunciado ‘o relâmpago é um movimento de cargas elétricas’ também é uma hipótese científica razoável (PLACE, 2002, p. 45).

## 2 Essencialismo e identidade

Apesar de a noção de identidade empírica<sup>2</sup> contornar o hiato entre conceitos físicos e fenomenais num primeiro momento, Kripke (1993) impõe severas dificuldades a essa empreitada reducionista, desferindo um ataque de longo alcance à teoria da identidade psicofísica que incide sobre ambas as versões dessa tese, quais sejam, a identidade de tipos e a identidade de ocorrências.<sup>3</sup> Grosso modo, a tese da identidade de tipos afirma que tipos mentais (como dores) são idênticos a tipos cerebrais (como oscilações no tálamo cortical), de forma que onde quer que haja estados mentais, estes sempre serão idênticos a estados físicos correspondentes. Por sua vez, a identidade de ocorrências exprime uma relação mais fraca e se estabelece apenas entre ocorrências mentais específicas (como certa dor num tempo *t*) e ocorrências cerebrais específicas (como certo disparo de neurônios num tempo *t*). O argumento de Kripke ataca duplamente a tese da identidade de tipos, pois além de lhe fazer objeção direta, poderá também refutá-la por *modus tollens* caso refute diretamente a tese da identidade de ocorrências, visto que esta é necessária à identidade de tipos.

Para esta finalidade, o autor combina a intuição cartesiana segundo a qual a identidade psicofísica é conceivelmente falsa, com sua tese da necessidade da identidade, no intuito de minar o reducionismo (KRIPKE, 1993). Para exemplificar seu argumento, o autor explora relações interessantes entre alguns conceitos. No que concerne ao conceito de calor (em seu sentido não fenomenal) trata-se, segundo a terminologia kripkeana, de um designador rígido (KRIPKE, 1980; 1993). Isto significa dizer que “calor” nomeia o mesmo fenômeno em qualquer mundo possível<sup>4</sup> onde esse fenômeno exista. Por sua vez, “movimento médio das moléculas” também designa rigidamente o mesmo fenômeno designado por “calor”, isto é, em qualquer mundo possível onde há calor, este é movimento médio de moléculas. Assim, mesmo tendo significados distintos, as expressões “calor” e “movimento médio das moléculas” têm extensões idênticas e a identidade entre elas, embora não possa ser descoberta por recursos meramente conceptuais, é garantida empiricamente, o que a torna uma identidade (necessária) *a posteriori*.

Por razões óbvias as considerações acima parecem respaldar a tese das identidades psicofísicas, pois garantem que expressões com diferentes intensões (com “s”) possam ser extensionalmente equivalentes. Assim, o teórico da identidade dirá que expressões como “dor” e “ativação corticotalâmica” designam rigidamente

<sup>2</sup> Prefere-se a expressão “identidade empírica” ou “*a posteriori*” à expressão “identidade contingente” comumente usada no contexto reducionista, já que esta última reflete uma indistinção conceitual que confunde modalidades aléticas (necessário/contingente) com modalidades epistêmicas (*a priori/a posteriori*). Dito isto, tendo em vista que a relação de identidade é uma verdade lógica, tal só pode ser necessária (KRIPKE, 1980; 1993). Contudo, apesar de se saber *a priori* que toda relação de identidade é necessária, saber se “água é idêntico a H<sub>2</sub>O” é algo que se descobre apenas *a posteriori*. Ou seja, sabe-se *a priori* que identidades são necessárias, mas sabe-se apenas *a posteriori* que algumas coisas são idênticas. Em tais casos, o que se tem é uma necessidade *a posteriori*.

<sup>3</sup> Embora o autor dirija sua crítica prioritariamente à tese da identidade de tipos, acredita que ela também se aplica à tese da identidade de ocorrências.

<sup>4</sup> A expressão “mundo possível” trata-se de um aparato lógico-semântico para clarificar o discurso das possibilidades (situações contrafactuais), em outros termos, o discurso sobre como as coisas poderiam ser em contraste com o modo como elas são no mundo atual (o mundo em ato).

um mesmo fenômeno, sendo que a contingência manifesta entre identidades psicofísicas é ilusória da mesma forma como é ilusória a relação contingente entre calor e movimento médio das moléculas. Todavia, Kripke (1993) argumenta que esse tipo de analogia é inadequado, pois a ilusão de contingência entre fenômenos como calor e movimento médio das moléculas pode ser facilmente dissipada considerando que, quando se imagina que calor pode não ser movimento médio de moléculas, o que se está a imaginar realmente é que a sensação de calor (o calor fenomenológico) é que é diferente do movimento médio das moléculas e não o calor em si. O calor fenomenológico é simplesmente uma propriedade externa ao fenômeno que ajuda a fixar a sua referência, assim, se associa apenas contingentemente ao movimento médio de moléculas e por isso é uma propriedade meramente acidental (não essencial) desse fenômeno, de maneira que pode se dar tanto o caso de haver movimento médio de moléculas sem que ocorra calor fenomenológico, quanto este último ocorrer na ausência do primeiro, razão pela qual não podem ser idênticos. Mas não se pode dar o caso em que há calor, enquanto fenômeno objetivo, sem haver movimento médio de moléculas, pois são idênticos. Dessa forma, a ideia de que é possível que calor não seja movimento médio de moléculas é motivada por uma confusão conceitual.

Contudo, a ideia de que é possível que estados mentais não sejam estados físicos não parece fruto de uma confusão conceitual, de forma que a noção de identificação *a posteriori* não pode ser reivindicada para dissuadir a aparente relação de contingência (supondo que a relação seja necessária) entre esses fenômenos, ao menos não da mesma forma como se dissolveu a aparência de contingência entre calor e movimento médio das moléculas. Para elucidar melhor esse ponto, Kripke (1993) toma agora o exemplo da dor e de seu estado cortical correlato, e inspirado por uma intuição cartesiana, defende que não é incoerente pensar que tais coisas possam existir separadas, pois é possível imaginar uma situação em que haja dor sem que haja ativação do estado cortical associado. Isto porque a essência da dor não seria redutível a estados físicos, mas unicamente ao ato de experimentá-la. Isto é, para algo ser uma dor, tudo o que precisa é ser sentido como tal, já que uma dor não seria um modo intermediário de apresentação de alguma outra coisa, ou acessada por alguma propriedade acidental ligada a ela. Nesse caso, a referência e o modo de fixá-la coincidem, ou seja, a dor é o próprio ato de acessá-la ou de senti-la (e nada mais). A partir disso Kripke (1993) conclui que além de “dor” ser o único designador rígido para dor, sua referência é fixada não por propriedades acidentais, mas por uma propriedade essencial do referente, sendo possível que a dor subsista sem o estado cerebral que lhe é contingentemente associado ou mesmo que tal estado cerebral seja ativado destituído da fenomenologia da dor, o que pela tese da necessidade da identidade os torna não idênticos.

Há limitações nesse argumento. Em primeiro lugar, e Kripke admite isso, ele não pode ser oferecido como prova cabal contra o materialismo, mas como um indício de que seja falso, na medida em que explora o fato de que ainda não está disponível uma explicação satisfatória que ateste a identidade entre conceitos físicos e conceitos fenomenais, a despeito da disparidade semântica entre eles, como existe para o caso de conceitos como o de calor e o de movimento médio das moléculas para os quais, apesar do desencontro de intensões, há condições empíricas seguras que estabelecem a relação de identidade entre os fenômenos designados.

Conforme Levine (2002), a intuição cartesiana de Kripke seria justificável, mas assevera que dela não se pode deprender uma lacuna ontológica, mas apenas uma lacuna explanatória, no que não se teria ainda uma refutação do materialismo. Assim, o autor converte o argumento metafísico de Kripke num argumento epistemológico, considerando que possibilidades conceituais não implicam possibilidades metafísicas, de forma que o que parece intuitivamente contingente pode ser metafisicamente necessário (LEVINE, 2002). De tal modo, a evidência que abre espaço a intuição cartesiana contra as identidades psicofísicas é, antes de tudo, conceitual, sendo a lacuna ontológica uma suposição adicional. Além disso, a premissa de que é possível a mente não ser idêntica ao corpo é simplesmente pressuposta no argumento de Kripke, que faz isso à revelia da pesquisa empírica, a atividade que de fato parece ter as melhores chances de responder se existe ou não identidade psicofísica. Assim, a premissa contra identidades psicofísicas da qual depende o argumento é arbitrária, e por isso sua conclusão pode ser rejeitada. No entanto, se o argumento de Kripke não é suficiente para refutar o materialismo, ao menos enfatiza a insuficiência atual, quiçá perpétua, da teoria da identidade em fornecer uma explicação completa da relação mente-corpo.

### 3 O materialismo irreducionista e a persistência da lacuna conceitual

Apesar de não decidirem a questão, os argumentos de Kripke evidenciam a incompletude conceitual do materialismo reducionista e fazem com que a noção de identificação *a posteriori* não possa mais ser invocada sem considerações adicionais sobre como se dissolve a ilusão (caso seja ilusão) de contingência manifesta entre expressões fenomenais e expressões neuronais. Considerando agora o materialismo irreducionista, resta saber se herdou as mesmas dificuldades da teoria da identidade.

A abordagem materialista irreducionista mais conhecida é o funcionalismo, uma forma de materialismo frequentemente vista como opositora da teoria da identidade. Sua tese fundamental é a de que tipos mentais seriam tipos funcionais em vez de tipos cerebrais. Isto significa que estados mentais devem ser definidos não por seu substrato físico, mas por seus papéis causais na economia funcional de um sistema. Nesse sentido, todo estado que desempenha o papel funcional de uma dor (que envolva danos ao organismo, irritação, comportamentos de esquiva, manutenção dos ferimentos, busca de alívio etc.) pode ser definido como dor (CHURCHLAND, 2004). Isto torna possível que estados mentais sejam realizados em diferentes substratos físicos, assim como um mesmo tipo de software pode rodar em diferentes hardwares, bastando apenas que uma plataforma física possuísse uma organização funcional semelhante a do cérebro (PUTNAM, 1960).

Um problema imediato com o funcionalismo surge com a ideia de “papel causal” ou “funcional”. Isto porque essa noção, como indica Block (1980), é a tal ponto abstrata, que algo como a população da China, por exemplo, poderia assumir uma organização funcional similar a dos neurônios no cérebro, sendo contudo um absurdo pensar que experiências mentais poderiam decorrer de tal estrutura. Além disso, o funcionalismo esbarra no problema do espectro qualitativo invertido (SHOEMAKER, 1982). Ao se imaginar duas pessoas diante de um objeto vermelho, sendo que uma o enxerga realmente como vermelho e a outra como verde, desde que a experiência visual de verde cumpra o mesmo papel causal da experiência visual de vermelho (em termos de inputs e outputs cognitivo-comportamentais), pelo

funcionalismo as duas pessoas teriam experiências idênticas, o que parece obviamente falso. Diante disso, além de o funcionalismo se mostrar insensível às qualidades da experiência, torna-se imediatamente vulnerável à crítica kripkeana, pois permite que estados funcionais ocorram sem uma fenomenologia específica associada ou sem qualquer fenomenologia. Portanto, a relação entre estados mentais (qualitativos) e estados funcionais seria meramente contingente, o que significa que não podem ser idênticos.

Para se livrar das dificuldades apontadas acima, a solução imediata, como aponta Levine (2002), seria readmitir a identidade psicofísica (de tipos ou de ocorrências), ao menos para as qualidades da experiência. Mas também nesse caso o funcionalismo herdaria novamente a objeção de Kripke, além de ironicamente reavivar justamente a tese que desejou suplantare, a teoria da identidade, não havendo porque ser considerado um materialismo irreducionista<sup>5</sup>.

Em geral, o problema com o funcionalismo é que parece deixar o mesmo hiato conceitual deixado por qualquer explicação tipicamente fisicista (CHALMERS, 1996; LEVINE, 2002; NAGEL, 1991). Hiato este que é precisamente a base das intuições cartesianas antimaterialistas como a de Kripke. Nesse sentido, Chalmers (1996) enfatiza que conceitos fenomenais não podem ser deduzidos da totalidade de conceitos causais/funcionais das ciências físicas, já que estes se resumem a descrições em termos de papéis causais e propriedades relacionais, não sendo aptos a delinear propriedades intrínsecas, o que os tornaria insensíveis ao aspecto qualitativo essencial às experiências mentais. Para o autor isto justificaria a inferência de um hiato ontológico a partir do hiato epistemológico que separa conceitualmente a mente fenomenal da matéria, inviabilizando tanto as teses reducionistas quanto as funcionalistas.

Chalmers inclusive forja, assim como Kripke, um argumento baseado numa intuição cartesiana, qual seja, a do “autômato desalmado”, concebendo um mundo fisicamente indiscernível do mundo físico atual em que seus habitantes, apesar de física e comportamentalmente idênticos aos desse mundo, seriam destituídos de experiências fenomenais (CHALMERS, 1996). O autor acredita que se tal mundo é logicamente consistente isto será suficiente para tornar o materialismo falso, visto que haveria um mundo possível em que a conexão entre o mental e o físico é violada.

Entretanto, quando alguém como Chalmers afirma que a dependência entre o mental e o físico não é necessária, parece que tudo o que está a dizer é que não é logicamente necessária. Ademais, partir da ideia de que se algo não é logicamente necessário, então não é necessário, é inadequado. Em todo caso, o materialismo é consistente com a postulação de mundos não materialistas logicamente concebíveis, até porque nem tudo o que é logicamente concebível é efetivamente possível. Desconsiderar esta cláusula pode legitimar o uso indiscriminado de exemplos contrafactuais para trivializar o discurso das possibilidades.

Além do mais, ainda que se considere que a experiência qualitativa da mente seja de fato um fenômeno intratável no atual sistema conceptual das ciências físicas,

---

<sup>5</sup> Na verdade, como adverte Kim (1999), o funcionalismo não apresenta uma objeção satisfatória à identidade de tipos. E parece inclusive acarretar a identidade de ocorrências como assevera Churchland (2004). Por isso não cumpre realmente o papel de refutar a teoria da identidade. Antes, parece depender dela.

isto ainda não decide a questão em favor do antimaterialismo. Pois nesse caso, o fato de a experiência fenomenal ser intangível a descrições causais/funcionais pode indicar apenas um problema de linguagem. Tratar-se-ia da incapacidade desse sistema conceptual para lidar com a mente fenomênica, o que por si não implica que ela esteja fora do mundo físico. Mais uma vez, a questão esbarra na lacuna conceitual entre o físico e o mental e na impossibilidade de dar um salto seguro dessa lacuna epistemológica a uma lacuna ontológica, sendo esta última uma suposição adicional.

#### 4 A incompletude das teses materialistas

Apesar de não provar a falsidade do materialismo é certo que a lacuna conceitual deixada pelo reducionismo e pelo funcionalismo não é trivial. Ela levanta um indício que merece ser considerado e de fato impõe dificuldades na medida em que impossibilita a completude explanatória do materialismo. Assim, ao que parece, o maior obstáculo ao materialismo não são tanto as intuições antimaterialistas decorrentes de sua lacuna conceitual, mas a própria lacuna.

Será nesse caso justificável abandonar o materialismo? É presumível que não. Além do mais, se o fato de o materialismo enfrentar sérias dificuldades for suficiente para rejeitá-lo então pela mesma razão suas antíteses também deverão ser descartadas por sofrerem igualmente de limitações conceituais e empíricas significativas. E uma vez que não se encontra disponível uma teoria que se esquive das dificuldades de ambos os lados, o problema mente-corpo seria deixado à deriva. Nesse caso, é justificável explorar alternativas à manutenção do materialismo.

Levine (2002) aponta um modo de o materialismo se livrar da lacuna conceitual deixada pelas teses reducionistas e funcionalistas, mas é tão radical que pode acarretar mais controvérsias do que conviver com ela. Trata-se de adotar uma postura eliminativista acerca das experiências mentais (CHURCHLAND, 1990; 2004). O eliminativismo não tem de enfrentar objeções como as impostas por Kripke e Chalmers e também torna obsoleto o programa reducionista, pois se não há mente não há o que reduzir. Mas precisa conviver com a negação do que existe de mais intuitivo acerca da vida mental, a saber, a própria experiência de que há vida mental.

Apesar do radicalismo, o eliminativismo está longe de ser uma abordagem descartável, mas possui pouca adesão por ser demasiado contraintuitivo (embora usar isto como objeção pareça circular aos eliminativistas) e por exagerar na desqualificação da capacidade das categorias psicológicas tradicionais como “consciência”, “sensação”, “crença” “intenção”, para proverem alguma compreensão, ainda que singela, da psicologia humana. Ademais, a objeção de Kripke parece de alguma forma se aplicar aqui. Uma cláusula fundamental do eliminativismo é a de que a psicologia de senso comum cumpriria uma função explicativa e preditiva, possuindo a mesma estrutura nomológica dedutiva de inferências tipicamente científicas<sup>6</sup>. Cumprindo a função de teoria, esse vocabulário psicológico estaria sujeito aos mesmos critérios de validação de qualquer teoria empírica. Contudo, termos fenomenais parecem mesmo fixar suas referências de forma distinta da dos termos físicos, como adverte Kripke (1993). Distintamente dos termos físicos, cujas referências são fixadas por propriedades acidentais, havendo um hiato entre a

---

<sup>6</sup> Para exemplos sobre a semelhança nomológica dedutiva entre as inferências da ciência e as da psicologia popular, ver Churchland (1990).

referência e o ato de referir, a referência dos termos fenomenais é fixada diretamente por uma propriedade essencial, numa relação conceitual direta (em primeira pessoa), sendo que a referência e o ato de referir coincidem. Isto se não refuta, ao menos demanda mais esclarecimentos ao pressuposto eliminativista de que o vocabulário psicológico funcionaria exatamente como o vocabulário teórico das ciências objetivas e que por isso seria suscetível de ser falseado pelos mesmos critérios.

Todavia, ao materialista ainda é permitido explorar opções mais amenas antes de chegar ao radicalismo do eliminativismo. Apesar da cosmovisão da ciência moderna ter mudado ao longo da história, a essência de sua estrutura conceitual, baseada em descrições causais/funcionais não se alterou, tendo sido suficiente para tornar inteligíveis muitas hipóteses a princípio contraintuitivas. Nesse sentido, Loar (2002) adverte que, tendo em vista o estado atual do conhecimento humano não é legítimo concluir precipitadamente que qualidades fenomenais não possam se revelar posteriormente como propriedades físico-funcionais.

Essa alternativa obviamente depende de uma visão otimista do futuro da ciência e da adequação do seu vocabulário para dar conta da experiência fenomenal, não havendo outras garantias em seu favor. Diante disso, uma alternativa pessimista, mas que ainda assim não derroga o materialismo, seria admitir, como McGinn (2002), a perenidade da lacuna psicofísica, reconhecendo ser ela racionalmente intratável dada a limitação cognitiva própria da mente humana. Não obstante, isto não conduz nem ao eliminativismo nem ao abandono do materialismo, pois a impossibilidade de solucionar o problema mente-corpo indicaria uma limitação epistêmica e não um hiato ontológico. Mas nessa visão pessimista, a lacuna explicativa permanece aberta.

## **5 Existem intuições materialistas? O naturalismo em favor do materialismo**

Embora não torne necessariamente verdadeiras as antíteses do materialismo, a lacuna psicofísica impede que materialistas (mas também antimaterialistas) justifiquem suas suposições por meio de aparatos meramente lógicos e conceituais. E não havendo ainda meios empíricos para decidir o problema mente-corpo (se é que haverá), torna-se difícil justificar qualquer das posições em disputa. Diante disso, o que resta aparentemente é pensar que a escolha por qualquer dos lados é arbitrária. Mas isto não é de toda verdade.

Nesse ponto, a discussão transborda ao plano das suposições metafísicas, mas sua justificação permanece ainda no plano epistemológico, o mesmo terreno que se fez fértil às intuições antimaterialistas baseadas na lacuna conceitual do materialismo. Isto é, resta o plano das especulações e o quanto elas podem ser justificadas por recursos paralelos. E há nesse plano mais do que o apelo a intuições cartesianas ou à mera consistência lógica dos argumentos.

Nesse sentido, existe uma alternativa ainda a ser explorada em benefício da manutenção do materialismo, que é a sua adesão e consistência com a cosmovisão naturalista científica, que parece encontrar no monismo e na completude causal do mundo físico, teses essas que caracterizam o materialismo, seus princípios norteadores basilares. Por outro lado, ao se contrastar pressupostos naturalistas a intuições cartesianas tradicionais a discussão corre o risco de ser trivializada, já que



nesse ponto pode vir à tona a ideia de que o que parece intuitivo a um paradigma intelectual pode parecer contraintuitivo ao seu concorrente.

Entretanto, embora diferentes pressupostos pareçam fiáveis relativamente às suas tradições intelectuais, disso não se segue o nivelamento de suas plausibilidades. Nesse momento é preciso trazer ao debate um elemento adicional, qual seja, o de que o exame do problema mente-corpo precisa levar em consideração aspectos contextuais e coerenciais relativos à justificação dos pressupostos e intuições em jogo, não se detendo exclusivamente no campo fundacionista e dedutivista, convindo deslocar o debate do plano da certeza ao plano da fiabilidade. É preciso considerar o fato de que intuições e suposições metafísicas não ocorrem num vácuo epistêmico e histórico, mas são enviesadas por juízos empíricos e enquadres conceituais que variam ao longo do desenvolvimento metodológico e conceptual da ciência. Assim, novas conjunturas epistemológicas podem enfraquecer ou desacreditar antigos pressupostos enquanto geram outros novos. Nesse sentido, não é estranho considerar a existência de intuições materialistas inspiradas pela conjuntura naturalista atual, ainda que isso possa parecer indigesto a quem esteja comprometido com intuições tradicionais comumente, e talvez inadequadamente, chamadas de “pré-teóricas”.

Em vista dessas considerações, se o naturalismo epistemológico da ciência agora em vigor não é suficiente para decidir a questão em favor do materialismo, ao menos lhe empresta parte de sua fiabilidade. Tendo isso em conta, buscar um tratamento conceitual do problema mente-corpo dentro da suposta completude causal do mundo físico ainda é justificável, mesmo que não seja possível deduzir qualidades fenomenais do vocabulário fisicista padrão. Em contrapartida, a inclusão de um novo domínio de propriedades, apartado do mundo físico, demanda maiores articulações de seus proponentes. Do contrário corre-se o risco de inflacionar gratuitamente a ontologia.

## Conclusão

O texto pretendeu acentuar as limitações das teses materialistas no que se refere ao tratamento das qualidades fenomenais dos estados mentais, sendo a lacuna conceitual deixada por essas abordagens a fonte primária das intuições e argumentos antimaterialistas de forte inspiração cartesiana. Tais argumentos, ao pretenderem derivar conclusões metafísicas de premissas epistemológicas dão um salto ilegítimo, contudo, embora não demonstrem a falsidade do materialismo, acabam servindo de evidência à sua incompletude. Não obstante, o materialismo pode conviver com essa lacuna explicativa uma vez que se ajusta ao panorama naturalista vigente melhor que suas antíteses. Ressalta-se, porém, que isto nem deixa o materialismo em situação de conforto, nem decide a questão definitivamente em seu favor, mas indica que existe um terreno epistemológico fértil para que abordagens de caráter materialista possam se fundar. Acentuou-se, além disso, que os antimaterialistas não podem se limitar ao conforto de invocar intuições tradicionais, certamente nem universais nem atemporais, para manter a sua posição. Em suma, considerando que intuições e suposições metafísicas variam com o tempo histórico, sendo sensíveis à evolução conceitual e metodológica da ciência e que o naturalismo científico vigente encontra a sua contraparte ontológica no materialismo, presume-se que mesmo incompleto, o materialismo pode subsistir senão enquanto hipótese empírica, ao menos enquanto suposição metafísica razoável.

\* \* \*

## Referências

- ARMSTRONG, David Malet. *A materialist theory of the mind*. 2. ed. London: Routledge, 1993.
- BLOCK, Ned. *Readings in the philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. (vol. 1).
- CHALMERS, David. *The Conscious Mind*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- CHURCHLAND, Paul M. Eliminative materialism and the propositional attitudes. In: LYCAN, W. (org.). *Mind and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1990.
- CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: UNESP, 2004.
- KIM, Jaegwon. Physicalism. In: WILSON, R.; KEIL, F. (eds.). *The MIT encyclopedia of the cognitive sciences*. Cambridge: The MIT Press, 1999.
- KRIPKE, Saul. *Naming and necessity*. Oxford: Blackwell, 1980.
- KRIPKE, Saul. Identity and necessity. In: MOORE A. W. (org.). *Meaning and reference*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- LEVINE, Joseph. Materialism and qualia: the explanatory gap. In: CHALMERS, D. (org.). *Philosophy of mind: classical and contemporary readings*. New York: Oxford University Press, 2002.
- LEWES, David. Psychophysical and theoretical identifications. In BLOCK, Ned. (org.). *Readings in the philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- LOAR, Brian. Phenomenal states. In: CHALMERS, D. (org.). *Philosophy of mind: classical and contemporary readings*. New York: Oxford University Press, 2002.
- MCGINN, Colin. Can we solve the mind-body problem? In: CHALMERS, D. (org.). *Philosophy of mind: classical and contemporary readings*. New York: Oxford University Press, 2002.
- NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? In: ROSENTHAL, D. (org.). *The nature of mind*. New York: Oxford University Press, 1991.
- PLACE, Ullin T. Is consciousness a brain process? In: LYON, W. (org.). *Modern philosophy of mind*. London: Ed. Everyman, 2002.
- PUTNAM, Hilary. Minds and machines. In HOOK, S. (org.). *Dimensions of mind*. New York: Collier, 1960.
- SHOEMAKER, Sydney. The inverted spectrum. In: *Journal of Philosophy*. New York, 1982 (v. 79, Jul, 1982).
- SMART, John Jamieson Carswell. *Sensations and brain processes*. In: LYON, W. (org.). *Modern philosophy of mind*. London: Ed. Everyman, 2002.